

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	11
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	15
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	25
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	27
2.10 Planos de negócios	28
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	30
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	31
5.2 Descrição dos controles internos	35
5.3 Programa de integridade	37
5.4 Alterações significativas	43
5.5 Outras informações relevantes	44

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

Introdução

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nossas demonstrações contábeis consolidadas e auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Os termos “Análise Vertical” e “Variação” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam, respectivamente, (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial, e (ii) a comparação de índices ou itens de linha em nossas demonstrações contábeis combinadas ao longo de um período de tempo. As informações constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis em nosso site (ri.ambev.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br).

2.1 - Os Diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$37.816,7 milhões, sendo R\$15.380,9 milhões em caixa e equivalentes a caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022, totalizava R\$40.540,5 milhões. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 0,93x. Suas posições de caixa líquido de conta garantida e caixa líquido de dívida¹ eram de R\$15.306,6 milhões e R\$11.535,9 milhões, respectivamente. O indicador de endividamento dívida líquida/EBITDA² era -0,48.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

(em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021
Total do Ativo Corrente	37.816,7	38.627,1
Total do Passivo Corrente	40.540,5	38.866,4
Índice de Capital de Giro Líquido (AC-PC)	(2.723,8)	(239,3)
Caixa Líquido de Conta Garantida	15.306,6	18.511,8
Caixa Líquido de Dívida	11.535,9	15.411,2

¹ A posição de caixa líquido de conta garantida é representada pelos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras deduzido o saldo de contas garantidas. A posição de caixa líquido de dívida é representada pela posição de caixa líquido de conta garantida acrescida dos saldos de aplicações financeiras correntes e deduzidos os saldos de empréstimos e financiamentos. Tanto a posição de caixa líquido de conta garantida, quanto a posição de caixa líquido de dívida são indicadores de desempenho usados pela Companhia, não sendo medidas segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou segundo o IFRS.

² A Companhia calcula a dívida líquida como os saldos de empréstimos e financiamentos deduzidos os saldos de aplicações financeiras correntes e de caixa líquido de conta garantida. A dívida líquida/EBITDA é um indicador de desempenho usado pela Companhia, não sendo uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou segundo o IFRS.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	31/12/2022	31/12/2021
Índice de Liquidez Corrente	0,93	1,0
Indicador de Endividamento (Dívida Líquida / EBITDA)	(0,48)	(0,68)

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a sua estrutura de capital é adequada para atender às necessidades de suas operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Estrutura de Capital	2022		2021	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	54.630,3	40	54.584,9	39
Capital Próprio ⁽²⁾	83.327,8	60	84.017,6	61

⁽¹⁾ O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

⁽²⁾ O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

A estrutura de capital da Companhia apresentou a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 – 60% de capital próprio e 40% de capital de terceiros.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

(em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021
Endividamento Total	3.770,7	3.100,6
Endividamento de Curto Prazo	982,6	847,1
Total do Ativo Corrente	37.816,7	38.627,1
Caixa e Equivalentes	15.380,9	18.542,3
Índice de Liquidez Corrente	0.93x	1.0x
Caixa Líquido de Dívida	11.535,9	15.411,2

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito em 2.1 (f) abaixo (endividamento total de R\$3.770,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$982,6 milhões referentes à dívida de curto prazo), o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, evidenciados pelos valores de ativo circulante (R\$37.816,7 milhões), caixa e equivalentes de caixa (R\$15.380,9 milhões), índice de liquidez corrente (0,93x) e caixa líquido de dívida (R\$11.535,9 milhões), todos em 31 de dezembro de 2022, indicados em 2.1 (a) acima, os Diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, custos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os Diretores entendem que a Companhia possui capacidade para contratá-los.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Desde 2014 a Companhia evoluiu substancialmente a cada ano, em seu ciclo de capital, não havendo, na opinião dos Diretores da Companhia, necessidade de captação de financiamento para capital de giro.

Em relação aos investimentos em ativos não circulantes, a posição atual de caixa e a expectativa de geração de caixa da Companhia são suficientes para fazer frente a tais investimentos. De qualquer forma, a Companhia dispõe de amplo acesso a fontes de financiamento para eventual complementação de caixa que se faça necessária para tais investimentos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem linhas de crédito disponíveis com os principais bancos brasileiros e estrangeiros, já tendo realizado captações no mercado de capitais nacional e internacional, sendo que a classificação da Companhia como grau de risco “investimento” pelas principais classificadoras de risco internacionais facilita a obtenção, pela Companhia, de novos financiamentos para suprir eventual deficiência de liquidez. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía risco de crédito Baa3 pela *Moody's* e BBB pela *S&P*.

(f) Níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo informações adicionais com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) Taxa fixa para BNDES/FINEP e empréstimos internacionais; (ii) Certificado de depósito interbancário (“CDI”) para empréstimos no Brasil; (iii) Taxa Referencial (“TR”), para a operação de CRI 2030; e (iv) taxa fixa para empréstimos internacionais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendia aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos bem como aos eventuais limites de endividamento a que está sujeita.

Perfil de endividamento – 31 de dezembro de 2022

Instrumentos de Dívida (em milhões de reais)	2023	2024	2025	2026	2027	Após	Total
Dívida BNDES							
Valor nominal	35,7	1,2					36,8
TJLP ou TR + Taxa média de pagamento	3,7%	3,7%					3,7%
Dívida internacional							
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	98,8	217,5	29,0	26,7	49,3		421,3
Taxa média de pagamento	10,4%	10,4%	10,4%	10,4%	10,4%		10,4%
Dólar americano taxa fixa	6,2						6,2
Taxa média de pagamento	14,0%						14,0%
Dólar americano taxa flutuante							
Taxa média de pagamento							
Dólar Canadense taxa flutuante							
Taxa média de pagamento							
Dólar Canadense taxa fixa	123,3	117,1	108,7	117,5	44,4		511,0
Taxa média de pagamento	5,3%	5,3%	5,3%	5,3%	5,3%		5,3%
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa							
Valor nominal	144,4	126,5	132,7	66,5	2,4		472,5
Taxa média de pagamento	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%		3,7%
Dívida em Reais - taxa fixa							
Valor nominal	562,0	537,3	390,5	277,4	418,3		2.185,5
Taxa média de pagamento	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%		9,5%
Dívida em Reais - taxa flutuante							
Valor nominal							
Taxa média de pagamento							
Endividamento total	982,6	1.013,1	675,6	504,2	532,0	63,3	3.770,7

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, como contratos de folha de pagamento, operações de derivativos e contratos de fiança que não são relevantes individualmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia previam tão somente a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A maioria dos contratos financeiros prevêem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- (i) *covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos;
- (ii) garantia da existência da Companhia;
- (iii) manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, dos ativos da Companhia;
- (iv) limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos;
- (v) divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais;
- (vi) não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se (a) expressamente autorizado nos termos do contrato, ou (b) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro – incluindo o BNDES – ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

A Companhia não celebrou contratos de empréstimo e financiamento relevantes que possuam cláusula de vencimento antecipado cruzado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais materiais (financeiros ou não) de suas operações de empréstimos e financiamentos.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de financiamentos junto ao BNDES, FINEP, contratos de Leasing e empréstimos junto a bancos privados de R\$ 3.770,7 bilhões. Deste total, 100% estão sendo utilizados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Análise comparativa dos Resultados Operacionais - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Os resultados consolidados da Companhia são apresentados a seguir:

Destaques das Informações Financeiras Consolidadas

(em milhões de reais, exceto montantes relativos a volume e percentuais*)

	2022	Análise Vertical	2021	Análise Vertical	Variação 2022/2021
Receita líquida	79.708,8	535,3%	72.854,3	555,2%	9,4%
Custo dos produtos vendidos	(40.422,1)	-271,4%	(35.659,7)	-271,7%	13,4%
Lucro bruto	39.286,7	263,8%	37.194,6	283,4%	5,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas logísticas	(11.395,3)	-76,5%	(9.932,7)	-75,7%	14,7%
Despesas comerciais	(7.337,4)	-49,3%	(7.035,5)	-53,6%	4,3%
Despesas administrativas	(5.236,8)	-35,2%	(4.877,4)	-37,2%	7,4%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.513,9	16,9%	2.124,1	16,2%	18,4%
Custos decorrentes de combinação de negócios					
Reestruturação	(101,8)	-0,7%	(165,4)	-1,3%	(38,5)%
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	(8,2)	-0,1%	(11,1)	-0,1%	(26,3)%
Anistia Estadual					
Impactos COVID-19	(16,7)	-0,1%	(134,3)	-1,0%	(87,6)%
Baixa de Investimentos	(16,6)	-0,1%			
Acordo de distribuição			(82,0)	-0,6%	(100,0)%
Lucro operacional	17.687,9	118,8%	17.080,3	130,2%	3,6%
Despesas financeiras	(7.892,2)	-53,0%	(5.427,8)	-41,4%	45,4%
Receitas financeiras	4.469,1	30,0%	2.222,4	16,9%	101,1%
Resultado financeiro, líquido	(3.423,1)	-23,0%	(3.205,4)	-24,4%	6,8%
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(29,1)	-0,2%	(115,7)	-0,9%	(74,8)%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.235,7	95,6%	13.759,2	104,9%	3,5%
Imposto de renda e contribuição social	655,6	4,4%	(636,6)	-4,9%	(203,0)%
Lucro líquido do exercício	14.891,2	100,0%	13.122,6	100,0%	13,5%
Atribuído à:					
Participação dos controladores	14.457,9	97,1%	12.671,0	96,6%	14,1%
Participação dos não controladores	433,3	2,9%	451,6	3,4%	(4,0)%

* Discrepância nas somas dos valores deve-se a arredondamento.

Destaques das Informações Financeiras por Segmento de Negócio

A tabela abaixo contém alguns destaques das informações financeiras por segmento de negócio referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022					2021				
	Brasil	CAC ⁽¹⁾	LAS ⁽²⁾	Canadá	Total	Brasil	CAC ⁽¹⁾	LAS ⁽²⁾	Canadá	Total
Receita Líquida	42.635,7	9.440,1	17.371,2	10.261,7	79.708,8	35.586,5	9.947,4	16.571,7	10.748,7	72.854,3
Custo dos produtos vendidos	(22.736,8)	(4.860,8)	(8.553,1)	(4.271,4)	(40.422,1)	(18.309,1)	(4.727,9)	(8.235,7)	(4.386,9)	(35.659,7)
Lucro bruto	19.898,9	4.579,3	8.818,1	5.990,3	39.286,8	17.277,4	5.219,5	8.336,0	6.361,7	37.194,6
Despesas administrativas, vendas e marketing	(13.522,0)	(1.999,9)	(4.421,4)	(4.026,1)	(23.969,4)	(11.569,6)	(1.993,7)	(4.385,0)	(3.897,3)	(21.845,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.361,4	(52,9)	192,7	12,8	2.513,9	2.096,0	12,4	38,8	(23,1)	2.124,1

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Itens não usuais	(34,5)	(16,1)	(60,5)	(32,2)	(143,3)	(210,1)	(46,7)	(115,4)	(20,6)	(392,8)
Resultado Operacional	8.703,7	2.510,5	4.528,9	1.944,7	17.687,9	7.593,7	3.191,5	3.874,4	2.420,7	17.080,3

(1) Inclui as operações diretas da Companhia na América Central e Caribe: República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também abastece El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e Panamá

(2) Inclui as operações da Companhia na América Latina Sul: Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Receita líquida

Para maiores informações sobre a receita líquida das vendas, veja seção 2.2 (b).

Custo dos produtos vendidos

O custo total dos produtos vendidos aumentou 13,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$40.422,1 milhões, comparados a R\$35.659,7 milhões no mesmo período de 2021. Como percentual de receita líquida da Companhia, o custo total dos produtos vendidos aumentou para 50,7% em 2022, em relação a 48,9% em 2021.

Custo dos produtos vendidos por hectolitro

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	Variação %
	<i>(Em reais, exceto percentuais)</i>		
Brasil	180,2	153,2	17,6%
Cerveja Brasil ⁽¹⁾	199,5	169,3	17,8%
NAB ⁽²⁾	123,6	102,0	21,1%
CAC	412,4	352,8	16,9%
LAS	224,3	219,6	2,2%
Canadá	442,9	442,0	0,2%
Companhia Consolidado	217,6	197,7	10,1%

(1) Inclui as operações de cerveja e *beyond beer* da Companhia no Brasil.

(2) Inclui as operações de bebidas não alcoólicas da Companhia no Brasil.

Operações no Brasil

O custo total dos produtos vendidos das operações brasileiras da Companhia aumentou 24,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$22.736,8 milhões em relação aos R\$18.309,1 milhões no mesmo período de 2021. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos das operações brasileiras da Companhia aumentou 17,6% em 2022, passando para R\$180,2/hl em relação a R\$153,2/hl em 2021.

Operações de Cerveja no Brasil

O custo dos produtos vendidos das operações de cerveja no Brasil cresceu 22,0%, chegando a R\$18.765,3 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022. O custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 17,8%, totalizando R\$199,5/hl, explicado principalmente por preços mais altos de *commodities*, impulsionados por *commodities* agrícolas e metálicas, e inflação geral.

Operações de Bebidas Não Alcoólicas (“NAB”) no Brasil

O custo dos produtos vendidos das operações de NAB no Brasil cresceu 35,7%, chegando a R\$3.971,5 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 21,1% em 2022, totalizando R\$123,6/hl, principalmente como resultado de maiores custos dos insumos devido ao aumento dos preços das *commodities* (especialmente açúcar e resina PET), inflação geral e mix de embalagens.

Operação na América Central e Caribe (“CAC”)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O custo dos produtos vendidos nas operações da CAC aumentou 2,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$4.860,8 milhões em relação aos R\$4.727,9 milhões no mesmo período de 2021. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos aumentou 16,9% em 2022, passando para R\$412,4/hl em relação a R\$352,8/hl em 2021, impulsionado principalmente pelo aumento dos preços das *commodities*, juntamente com a inflação geral, afetando especialmente a inflação do diesel e do frete marítimo, parcialmente compensado pelos impactos da conversão cambial, uma vez que as moedas locais desvalorizaram em relação ao Real durante o período.

Operações na América Latina Sul (“LAS”)

O custo dos produtos vendidos nas operações da LAS aumentou 3,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$8.553,1 milhões em relação aos R\$8.235,7 milhões no mesmo período de 2021. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos aumentou 2,2% em 2022, passando para R\$224,3/hl em relação a R\$219,6/hl em 2021, principalmente devido aos preços mais altos das *commodities* e à alta inflação geral na Argentina, parcialmente compensados pelos impactos da conversão cambial, uma vez que as moedas locais desvalorizaram em relação ao Real durante o período.

Operações no Canadá

O custo dos produtos vendidos nas operações do Canadá caiu 2,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$4.271,4 milhões em relação aos R\$4.386,9 milhões no mesmo período de 2021, em razão de preços mais altos das *commodities* e inflação geral, afetando os preços do diesel e do frete, mais do que compensados pelos impactos da conversão cambial, uma vez que o dólar canadense desvalorizou em relação ao Real durante o período. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos aumentou 0,2% em 2022, passando para R\$442,9/hl em relação a R\$442,0/hl em 2021.

Lucro Bruto

O lucro bruto cresceu 5,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$39.286,8 milhões comparado a R\$37.194,6 milhões no mesmo período de 2021. A tabela abaixo mostra a contribuição de cada unidade de negócio para o lucro bruto consolidado da Companhia.

	Lucro Bruto					
	2022			2021		
	(Em milhões de reais, exceto percentuais)					
	Valor	% Contrib.	Margem	Valor	% Contrib.	Margem
Brasil	19.898,9	50,7%	46,7%	17.277,4	46,5%	48,6%
Cerveja Brasil	17.092,5	43,5%	47,7%	15.155,1	40,7%	49,6%
NAB	2.806,4	7,1%	41,4%	2.122,3	5,7%	42,0%
CAC	4.579,3	11,7%	48,5%	5.219,5	14,0%	52,5%
LAS	8.818,1	22,4%	50,8%	8.336,0	22,4%	50,3%
Canadá	5.990,3	15,2%	58,4%	6.361,7	17,1%	59,2%
Companhia Consolidado	39.286,8	100,0%	49,3%	37.194,6	100,0%	51,1%

Despesas com Vendas e Marketing, de Distribuição e Administrativas

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas da Companhia totalizaram R\$23.969,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$21.845,6 milhões no mesmo período de 2021, representando um aumento de 9,7% ano contra ano. A análise das despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas para cada uma das unidades de negócio encontra-se abaixo.

Operações no Brasil

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas das operações da Companhia no Brasil totalizaram R\$13.522,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$11.569,6 milhões no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 16,9% ano contra ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Operações de Cerveja no Brasil

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas das operações de cerveja no Brasil totalizaram R\$11.514,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$9.975,4 milhões no mesmo período de 2021, representando um aumento de 15,4% ano contra ano, principalmente devido a maiores investimentos nas marcas da Companhia e inflação geral sobre as despesas de distribuição, especialmente sobre o diesel.

Operações de NAB no Brasil

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas das operações de NAB no Brasil totalizaram R\$2.008,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$1.594,2 milhão no mesmo período de 2021, representando um aumento de 26,0% ano contra ano, principalmente devido a maiores investimentos nas marcas da Companhia e aumento das despesas de distribuição impulsionado por maiores volumes e inflação geral.

Operação na CAC

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas das operações da Companhia na CAC totalizaram R\$1.999,9 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$1.993,7 milhão no mesmo período de 2021, representando um aumento de 0,3% ano contra ano, principalmente devido à gestão eficaz de nossas despesas na região, juntamente com os impactos da conversão cambial, uma vez que as moedas locais desvalorizaram em relação ao Real durante o período, mais do que compensando o aumento das despesas de distribuição impulsionado pela inflação do diesel e do frete marítimo.

Operações na LAS

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas das operações da Companhia na LAS totalizaram R\$4.421,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$4.385,0 milhões no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 0,8% ano contra ano, impulsionadas por inflação geral, especialmente na Argentina, apesar da gestão eficaz de nossas despesas na região, parcialmente compensada pelos impactos da conversão cambial, uma vez que a moeda local desvalorizou em relação ao Real durante o período.

Operações no Canadá

As despesas com vendas e marketing, de distribuição e administrativas das operações da Companhia no Canadá totalizaram R\$4.026,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$3.897,3 milhões no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 3,3% ano contra ano, impulsionadas principalmente por maiores despesas de distribuição devido à inflação do diesel e frete, parcialmente compensada pelos impactos da conversão cambial, uma vez que o dólar canadense desvalorizou em relação ao Real durante o período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Outras receitas operacionais aumentaram 18,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 2.124,1 milhões no mesmo período de 2021 para R\$ 2.513,9 milhões. Esse resultado é explicado principalmente por um aumento dos incentivos fiscais relacionados ao ICMS de longo prazo no Brasil.

Itens Não Usuais

As despesas de itens não usuais recorrentes diminuíram 63,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ (392,8) milhões no mesmo período de 2021 para R\$ (143,3) milhões. De modo semelhante a 2021, as despesas registradas em 2022 foram decorrentes principalmente de despesas de reestruturação relacionadas a projetos de centralização e dimensionamento no Brasil e na LAS.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou 3,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$17.687,9 milhões em relação aos R\$17.080,3 milhões no mesmo período de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia diminuiu 6,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de uma despesa de R\$ 3.205,4 milhões no mesmo período de 2021 para R\$ 3.423,1 milhões. Esse resultado é explicado principalmente por um aumento nos custos de hedge para o Brasil e a Argentina como resultado da volatilidade macroeconômica em ambos os países, juntamente com maior ajuste a valor presente das contas a pagar conforme determinado pelo IFRS 13, parcialmente compensados por maior receita de juros devido ao aumento da taxa SELIC, bem como por maior reconhecimento da correção monetária de créditos tributários no resultado financeiro (em comparação a 2021), principalmente relacionados à decisão do Supremo Tribunal Federal do Brasil de 2017 que declarou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A dívida total da Companhia, incluindo dívida (empréstimos com incidência de juros) circulante e não circulante, aumentou para R\$ 670,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, enquanto nosso montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras correntes, líquido da conta garantida, diminuíram para R\$ 3.205,2 milhões no período.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas consolidadas com imposto de renda e contribuição social da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ (655,6) milhões, em comparação com R\$ 636,6 milhões no mesmo período de 2021. A alíquota de imposto de renda e contribuição social efetiva em 2022 foi de (4,6)%, comparada a uma alíquota efetiva de 4,6% em 2021. Essa redução em nossa alíquota efetiva de impostos em 2022 foi principalmente devido a impostos retidos na fonte mais baixos e aos efeitos fiscais do pagamento de juros sobre o capital próprio, que são dedutíveis para fins de imposto de renda nos termos da legislação aplicável e cujo montante distribuído em 2022 foi de aproximadamente R\$ 12 bilhões, sendo o impacto tributário de aproximadamente R\$ 4 bilhões.

Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$14.891,2 milhões, representando um aumento de 13,5% se comparado aos R\$13.122,6 milhões auferidos no mesmo período de 2021.

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com 2021

Fluxo de caixa	Variação		
	2022	2021	2022/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.642,1	22.901,3	(9,9)%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(5.004,2)	(7.735,0)	(35,3)%
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(16.337,8)	(16.042,0)	1,8%
Total	(699,9)	(875,7)	(20,1)%

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia diminuiu 9,9%, passando para R\$20.642,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$22.901,3 milhões no mesmo período de 2021, principalmente em decorrência dos pagamentos de bônus e capex (investimento em bens de capital) no primeiro trimestre e de menor geração de caixa na CAC e no Canadá.

Atividades de Investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia diminuiu 35,3%, passando para R\$5.004,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$7.735,0 milhões no mesmo período de 2021, explicado principalmente pela diminuição nas aquisições de ativos fixos e intangíveis.

Atividades Financeiras

O fluxo de caixa das atividades financeiras da Companhia aumentou 1,8%, passando para R\$16.337,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparados a R\$16.042,0 milhões no mesmo período de 2021, impulsionado principalmente por maior distribuição de capital parcialmente compensado por pagamentos menores de empréstimos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Comentários dos diretores

2.2 – Os Diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas da Companhia e suas subsidiárias foram constituídas, principalmente, pela venda de cervejas, *beyond beer* e bebidas não alcoólicas, conforme as operações descritas na seção 2.1 acima. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir da venda de malte e subprodutos originados das operações, bem como da venda de produtos não-Ambev no BEES Marketplace em algumas regiões.

A demanda pelos produtos está relacionada principalmente à renda disponível ao consumidor, ao preço e ao clima nos países em que a Companhia e suas subsidiárias operam.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Desde a nossa criação, temos uma cultura muito sólida, que é centrada nas pessoas. Nossa cultura sempre foi muito consistente e, desde 2020, vem passando por uma profunda transformação. Adotamos a escuta ativa em nosso ecossistema, com mais colaboração interna e externa e visão de longo prazo, cada vez mais, criando um futuro com mais razões para brindar. Em 2022, entregamos mais um ano de solidez estratégica, operacional, cultural e financeira, que levou a um crescimento orgânico da receita líquida de 19,8%, impulsionado por uma melhoria consistente do resultado no Brasil, apesar de uma performance aquém da desejada em nossas operações internacionais, que foram impactadas por um ambiente operacional e macroeconômico mais desafiador e com índices de inflação elevados.

Ainda assim, mantivemos o *momentum* comercial, entregando as nossas ambições para o ano: o EBITDA ajustado consolidado cresceu 17,1% em termos orgânicos, acelerando contra o crescimento de 2021 apesar das pressões de custo advindas principalmente do aumento de preço das commodities agrícolas e metálicas. Também tivemos um bom segundo semestre, nos posicionando para o começo de 2023.

Fomos a empresa brasileira mais premiada no Festival de Criatividade de Cannes, com leões para todas as nossas categorias de bebidas: Brahma e Budweiser para cerveja; Guaraná Antarctica para não alcoólicos; e Mike's Hard Lemonade para *beyond beer*. No Brasil, o volume de vendas de cerveja no país cresceu 3,5% no ano. Nossas marcas *premium* lideraram o crescimento de volume, e nossas marcas core e core plus seguem resilientes, com destaque para o desempenho da nossa cerveja Spaten. Além disso, o retorno das ocasiões de consumo no canal on-trade, as inovações realizadas ao longo do ano tanto em cerveja quanto em *beyond beer*, e a consolidação das nossas plataformas digitais contribuíram para o nosso resultado.

Mais de 90% dos nossos clientes agora utilizam o BEES - nossa plataforma B2B (*business-to-business*) - para realizarem pedidos e, destes, mais de 70% utilizam o BEES Marketplace para a compra de produtos não-Ambev. O BEES Marketplace no Brasil quase triplicou o Volume Bruto de Mercadoria (*Gross Merchandising Value* - "GMV") versus o último ano, atendendo mais de 700 mil clientes com uma oferta de 500 SKUs e com mais de 80 parceiros aumentando também nosso NPS (*Net Promoter Score*) com nossos clientes em 13%.

O Zé Delivery, nosso canal direto com o consumidor (*direct-to-consumer* ou D2C) também evoluiu e já está disponível em mais de 350 cidades, abrangendo mais da metade da população brasileira, que pode pedir bebidas e outros produtos com preços competitivos. O Zé Delivery entregou 62 milhões de ordens em 2022, com GMV crescendo 13% versus 2021, e atingiu quase 5 milhões de Usuários Ativos Mensais (*Monthly Active Users* - MAU). Já o BEES Bank, nossa instituição financeira de pagamentos, encerrou o ano com quase 50% a mais de contas abertas quando comparado com 2021, suportando assim nossos clientes na gestão de seus fluxos de caixa.

A receita líquida por hectolitro cresceu quase 13,4% em termos orgânicos, graças a um portfólio com marcas mais saudáveis, ao lançamento de embalagens adequadas para ocasiões de consumo dos nossos consumidores e, às nossas iniciativas de gestão de receita.

Já no segmento de bebidas não alcoólicas, nosso volume cresceu 12,0% devido à boa performance das nossas marcas como H2OH!, Gatorade, Pepsi e Guaraná Antártica. Com a expansão do BEES, crescemos o número de

2.2 Resultados operacional e financeiro

compradores de NAB em 8% contra 2021, atingindo recorde histórico. Além disso, a receita líquida por hectolitro cresceu 19,8% em termos orgânicos, graças ao mix de marcas e embalagens e iniciativas de gestão de receita.

Por outro lado, nossas operações internacionais tiveram um ano mais desafiador. Na LAS, o volume cresceu 1,7% comparado com 2021. A Bolívia segue se recuperando dos impactos da COVID-19, enquanto Argentina, Chile e Paraguai foram negativamente impactados por fatores macroeconômicos. Apesar disso, nosso portfólio *core plus* e *premium* continuaram a crescer no Chile, bem como no Paraguai e na Bolívia, e nossas plataformas digitais continua a expandir na Argentina e foram implementadas no Paraguai.

Na CAC, o volume teve uma queda de 12,1% comparado com 2021. No primeiro semestre a região foi atingida pela falta de garrafas retornáveis e, no segundo semestre, impactada por uma inflação elevada que influenciou o consumo da região. Enfrentamos também limitações operacionais e logísticas no terceiro trimestre, que começaram a ser resolvidas no decorrer do quarto trimestre, melhorando a margem EBITDA comparada ao trimestre anterior. E ainda assim, as marcas *premium* ganharam peso na maioria dos mercados, impulsionadas por Corona e Michelob Ultra.

O Canadá teve uma queda de volume de 2,8% decorrente do declínio da indústria após dois anos consecutivos de crescimento. Após COVID-19, crescemos participação nos segmentos *core* e *premium*, impulsionadas, respectivamente, pelos bons desempenhos de Bud Light e Stella Artois e Craft. A indústria de *beyond beer* também cresceu, embora abaixo das taxas de crescimento observadas em 2020 e 2021.

Como parte da nossa evolução cultural, fomos reconhecidos em premiações relacionadas à atração de talentos: 2º lugar na Pesquisa Carreira dos Sonhos da Cia de Talentos, 1º lugar no ranking geral da Pesquisa de Carreiras da Brasil Junior e 1º lugar na Pesquisa “*Most Desired Company*” no *Empower Awards*. E, em relação a diversidade, equidade e inclusão também evoluímos em 2022: 37% das nossas contratações de liderança foram de pessoas negras e 47% foram de mulheres, o que nos faz aumentar 1,4 e 2,0 pontos percentuais respectivamente a representatividade nesses segmentos, avançando inclusive numa velocidade à frente da curva estipulada pela ONU Mulheres para 2030.

Seguimos avançando também na nossa estratégia ESG, passando a ingressar na 18ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) da Bolsa de Valores do Brasil, que reúne 69 ações, pertencentes a 27 setores diferentes. E, continuamos a acreditar que temos nosso papel econômico nas regiões onde operamos. Por exemplo, no Brasil, recolhemos R\$ 22,1 bilhões de impostos federais, estaduais e municipais, um aumento de mais 8% contra o ano anterior e empregamos diretamente cerca de 30 mil pessoas, além de mais 1 milhão de empregos indiretos e induzidos em toda a cadeia de valor (segundo pesquisa da FGV de 2019).

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Receita líquida – Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2022 comparado com 2021

A receita líquida aumentou 9,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando para R\$79.708,8 milhões em relação aos R\$72.854,3 milhões no mesmo período de 2021, como consequência de um aumento de 3,0% no volume vendido, juntamente com um aumento de 6,2% na receita líquida por hectolitro, ambos impulsionados pela execução contínua da nossa estratégia comercial, conforme demonstrado nas tabelas abaixo.

	Receita Líquida				
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2022		2021		Variação %
	<i>Em milhões de reais, exceto percentuais</i>				
Brasil	42.635,7	53,5%	35.586,5	48,8%	19,8%
Cerveja Brasil	35.857,8	45,0%	30.537,1	41,9%	17,4%
NAB	6.777,9	8,5%	5.049,4	6,9%	34,2%
CAC	9.440,1	11,8%	9.947,4	13,7%	(5,1)%
LAS	17.371,2	21,8%	16.571,7	22,7%	4,8%
Canadá	10.261,7	12,9%	10.748,7	14,8%	(4,5)%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Companhia Consolidado	79.708,8	100,0%	72.854,3	100,0%	9,4%
------------------------------	-----------------	---------------	-----------------	---------------	-------------

	Volume de Vendas				
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2022		2021		Variação %
	<i>Em milhares de hectolitros, exceto percentuais</i>				
Brasil	126.184,4	67,9%	119.530,6	66,3%	5,6%
Cerveja Brasil	94.042,6	50,6%	90.835,0	50,4%	3,5%
NAB	32.141,8	17,3%	28.695,5	15,9%	12,0%
CAC	11.786,3	6,3%	13.401,9	7,4%	(12,1)%
LAS	38.134,0	20,5%	37.511,6	20,8%	1,7%
Canadá	9.645,0	5,2%	9.924,1	5,5%	(2,8)%
Companhia Consolidado	185.749,7	100,0%	180.368,1	100,0%	3,0%

	Receita líquida por hectolitro*		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	Variação %
	<i>(Em reais exceto percentuais)</i>		
Brasil	337,9	297,7	13,5%
Cerveja Brasil	381,3	336,2	13,4%
NAB	210,9	176,0	19,8%
CAC	801,0	742,2	7,9%
LAS	455,5	441,8	3,1%
Canadá	1.063,9	1.083,1	(1,8)%
Companhia Consolidado	429,1	403,9	6,2%

*O resultado é a média ponderada.

Operações no Brasil

A receita líquida total gerada pelas operações da Companhia no Brasil aumentou 19,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$42.635,7 milhões, comparados com R\$35.586,5 milhões no mesmo período de 2021.

Operações de Cerveja no Brasil

A receita líquida gerada pelas operações de cerveja da Companhia no Brasil aumentou 17,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acumulando R\$35.857,8 milhões, comparados com R\$30.537,1 milhões no mesmo período de 2021. Essa variação é consequência de um aumento de 3,5% no volume vendido, juntamente com um aumento de 13,4% na receita líquida por hectolitro em 2022. A Companhia continuou a aproveitar o *momentum* e a aumentar os volumes, executando sua estratégia comercial de maneira consistente, mesmo depois de termos alcançado uma mudança relevante nos volumes nos dois anos anteriores. Além disso, iniciativas de gestão de receita combinadas com mix de marcas também levaram a melhores níveis de desempenho da receita líquida por hectolitro.

Operações de NAB no Brasil

A receita líquida gerada pelas operações de NAB da Companhia no Brasil aumentou 34,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, atingindo R\$6.777,9 milhões, comparados com R\$5.049,4 milhões no mesmo período de 2021. Essa variação é consequência de um aumento de 12,0% no volume vendido, juntamente com um aumento de 19,8% na receita líquida por hectolitro em 2022. O fortalecimento das ocasiões de consumo fora de casa ao longo do ano combinado com uma sólida estratégia comercial e uma melhor distribuição com o BEES levaram ao crescimento do volume, enquanto o desempenho da receita líquida por hectolitro foi impulsionado por iniciativas de gestão de receita juntamente com um mix positivo de embalagens individuais e marcas *premium*.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Operações na CAC

A receita líquida gerada pelas operações da Companhia na CAC caiu 5,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acumulando R\$9.440,1 milhões, comparados com R\$9.947,4 milhões no mesmo período de 2021. Essa variação é consequência de uma queda de 12,1% no volume vendido, com receita líquida por hectolitro crescendo 7,9% em 2022. A queda do volume ocorreu principalmente devido a restrições na cadeia de suprimentos que afetaram a região no primeiro semestre do ano e um ambiente de consumo fraco no segundo semestre, enquanto o desempenho da receita líquida por hectolitro impulsionado por iniciativas de gestão de receita e mix foi parcialmente compensado pelos impactos da conversão cambial, uma vez que as moedas locais desvalorizaram em relação ao Real durante o período.

Operações na LAS

A receita líquida gerada pelas operações da Companhia na LAS cresceu 4,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$17.371,2 milhões, comparados com R\$16.571,7 milhões no mesmo período de 2021, como consequência de um aumento de 1,7% no volume vendido, juntamente com um aumento de 3,1% na receita líquida por hectolitro em 2022. O crescimento do volume foi impulsionado principalmente por um desempenho de volume resiliente na Argentina e a Bolívia se recuperando dos impactos da COVID-19, enquanto o desempenho da receita líquida por hectolitro deveu-se à execução disciplinada de iniciativas de gestão de receita em um ambiente altamente inflacionário, especialmente na Argentina, parcialmente compensado pelos impactos da conversão cambial, uma vez que as moedas locais desvalorizaram em relação ao Real durante o período.

Operações no Canadá

A receita líquida gerada pelas operações da Companhia no Canadá caiu 4,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, atingindo R\$10.261,7 milhões, comparados com R\$ 10.748,7 milhões no mesmo período de 2021, como consequência de uma queda de 2,8% no volume vendido, juntamente com uma queda de 1,8% na receita líquida por hectolitro em 2022. O volume caiu devido ao contexto de uma indústria fraca tanto no segmento de cerveja quanto de *beyond beer*, enquanto o desempenho positivo da receita líquida por hectolitro principalmente impulsionado por iniciativas de gestão de receita foi compensado pelos impactos da conversão cambial, uma vez que as moedas locais desvalorizaram em relação ao Real durante o período.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Em 2022, nossos custos de produtos vendidos foram negativamente impactados pelos preços de algumas *commodities*, principalmente *commodities* agrícolas e metálicas que foram *hedgeadas* em dólares norte-americano por valores maiores em relação ao ano anterior, impactando os custos de produtos vendidos de nossas operações tanto no Brasil quanto no exterior. Em nossas operações internacionais, no geral, a conversão dos custos para o real resultou um impacto positivo, devido à apreciação do real frente às moedas locais de cada operação. Também na LAS, se intensificaram as pressões inflacionárias, principalmente na Argentina.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2. Comentários dos diretores

2.3 – Os Diretores devem comentar sobre:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças nas práticas contábeis da Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência no último exercício social.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia no último exercício social foi emitido sem ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2. Comentários dos diretores

2.4 - Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, eventos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Impactos COVID-19

O impacto da pandemia da COVID-19 em nossas operações e as restrições impostas por cada governo como resposta geraram, principalmente a partir de março de 2020, mudanças significativas na dinâmica de mercado tanto no canal de vendas off-trade, composto por supermercados e semelhantes, quanto no canal on-trade, composto por bares e restaurantes. Em todos os casos, quanto mais severas as restrições à comercialização e consumo de nossos produtos, maior a redução de volume, motivo pelo qual a Bolívia e o Panamá foram os países mais afetados principalmente no exercício de 2021. Por outro lado, observamos em todos os países em que operamos um aumento das vendas via e-commerce, ainda que esse canal represente somente uma pequena parcela do volume total da Companhia.

No início de 2022, nossas operações, principalmente no Brasil, foram impactadas pela onda da variante da COVID-19 Omicron, que somada a fatores como clima desfavorável, impactou nossas vendas negativamente. A partir do segundo trimestre, com o progresso dos programas de vacinação e o maior controle sobre o avanço da pandemia da COVID-19, houve um relaxamento de ditas restrições nas regiões em que operamos, favorecendo a retomada do canal on-trade, apesar da incerteza sobre como evoluirá a retomada do consumo em cada um de tais territórios. No Brasil, a consistência na implementação da estratégia da Companhia aliada ao contexto de relaxamento das restrições e volta das ocasiões de consumo fora de casa gerou tendência positiva de volume, com crescimento, tanto de volume como de receita líquida, em comparação ao mesmo período de 2021. Conforme as circunstâncias relacionadas à pandemia da COVID-19 evoluam, as autoridades governamentais podem implementar medidas de emergência para mitigar a propagação da doença. A pandemia e as correspondentes medidas de mitigação podem ter um impacto adverso nas condições econômicas globais, bem como nos negócios da Companhia. A extensão do impacto da pandemia da COVID-19 nos negócios da Companhia dependerá de desdobramentos futuros, tais como a duração de novos surtos, eventuais fechamentos e restrições ao comércio e a eficácia das ações tomadas nas regiões onde atuamos e em outros países para conter e tratar a doença. Como esses eventos são muito incertos, a Companhia não pode determinar seu impacto financeiro neste momento. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. No entanto, continuamos administrando com disciplina nossos recursos de liquidez e capital e os Diretores concluem que não há dúvidas sobre a capacidade da Companhia em continuar com suas operações.

Conforme requerido pelo IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os Diretores da Companhia atualizou as análises sobre o impacto da pandemia da COVID-19, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2022, que envolveu, principalmente, (i) a revisão das premissas do teste anual de impairment, conforme descrito na nota explicativa 14 - Ágio, (ii) análise de eventuais perdas de crédito e obsolescência de estoques, (iii) análise da recuperabilidade de impostos diferidos, e (iv) avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, entre outras análises.

Eventuais impactos derivados dessas análises estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e divulgados nas notas explicativas. Adicionalmente, em virtude das ações de proteção de seus funcionários e as doações realizadas, a Companhia incorreu em despesas não usuais que totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$16.715.

Créditos Tributários - 2022

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) no julgamento do RE 574.706/PR, proferida em 2017 e ratificada em maio de 2021, que declarou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), de modo vinculante, se pronunciou a respeito do conteúdo e efeitos da referida decisão. O normativo da PGFN (Parecer PGFN nº 14.483/2021, que aprovou e complementou o Parecer PGFN nº 12.943/2021) apresentou o entendimento do órgão sobre os limites do julgado e equacionou os procedimentos que devem ser observados pela Administração Tributária com relação ao tema, especialmente no que se refere a questões relacionadas ao ICMS a ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS, aos aspectos temporais referentes à aplicabilidade do entendimento do STF (modulação de efeitos) e aos impactos da referida exclusão nos créditos registrados pelos adquirentes nas operações de entrada.

Tendo em vista a pacificação e entendimento vinculante do tema pela PGFN, com esclarecimentos importantes a respeito do conteúdo e efeitos da decisão proferida pelo STF no contexto do RE 574.706/PR, a Companhia realizou um conjunto de análises, com o suporte de seus assessores legais e consultores externos, com o objetivo de aprofundar e exaurir todas as questões jurídicas atreladas ao tema para uma parcela específica de suas operações, que, por envolver transações entre subsidiárias, apresentam maior complexidade quanto à quantificação de indébito a recuperar, notadamente tendo em vista aspectos relacionados à sistemática de não cumulatividade da apuração do PIS e da COFINS dentro de uma estrutura de Grupo.

Tal análise apresentou complexidade adicional, em comparação aos cenários de reconhecimento de créditos decorrentes de exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS registrados anteriormente pela Companhia, uma vez que envolve operações com subsidiárias, conforme mencionado acima, bem como tendo em vista a necessidade de combinação dos entendimentos legais referidos anteriormente com o regime específico de tributação no qual a Companhia está inserida.

Com a conclusão no segundo trimestre de 2022 de todas as etapas pertinentes e necessárias para completude dos requisitos necessários para reconhecimento contábil do ativo, incluindo sua mensuração com razoável segurança, o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito, a Companhia teve seus resultados do ano de 2022 positivamente impactados por um crédito tributário adicional de R\$1,2 bilhão.

Com relação ao valor referido acima, R\$0,9 bilhão foram registrados em Outras Receitas Operacionais, conforme descrito na nota explicativa 22 - Outras receitas/(despesas) operacionais, e R\$0,3 bilhão em Receitas Financeiras, conforme descrito na nota explicativa 25 - Despesas e receitas financeiras.

Dada a natureza da disputa, estes créditos tributários são tecnicamente parte de nossos resultados normalizados do ponto de vista contábil. Entretanto, dada sua relevância, e para assegurar maior transparência do desempenho de nossos negócios, desconsideramos valores dessa natureza para fins de cálculo de nosso desempenho orgânico do EBITDA ajustado.

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada no dia 18 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou, nos termos do art. 30, §1º, “b”, da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 77/22, programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia (“Programa”) até o limite de 5.700.000 ações ordinárias, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. O programa encerrou-se em 18 de setembro de 2022, conforme prazo previamente informado pela Companhia no Fato Relevante divulgado ao mercado em 18 de março de 2021. Nessa mesma data a Companhia possuía 4.357.308.131 ações em circulação, conforme definido na Resolução CVM nº 77/22. As aquisições de ações foram realizadas durante os exercícios de 2021 e 2022, no âmbito deste Programa, e foram realizadas a débito da conta de reservas de capital registrada nos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021, respectivamente. A operação foi realizada, nos exercícios de 2021 e de 2022, por meio das seguintes instituições financeiras: UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A.

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

A Companhia e a ELJ, na qualidade de acionistas da Tenedora - holding com sede na República Dominicana, titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. - celebraram, em 02 de Julho de 2020, o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Tenedora (“Acordo de Acionistas”), visando estender sua parceria no país, postergando, para tanto, o prazo para exercício das opções de compra e venda previstas no referido Acordo de Acionistas. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Até 31 de dezembro de 2022 não ocorreram exercícios dessas opções. O detalhamento das premissas utilizadas para essa opção está descrito na nota explicativa 29 (item IV (d)).

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.5 Medições não contábeis

2. Comentários dos diretores

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (Lucro Operacional ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado).

(em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Operacional	17.687,9	17.080,3
Lucro Operacional ajustado	17.831,2	17.473,0
Margem de Lucro Operacional ajustado	22,4%	24,0%
EBITDA	23.615,0	22.361,3
EBITDA ajustado	23.770,9	22.869,7
Margem EBITDA ajustado	29,8%	31,4%

Lucro Operacional, Lucro Operacional ajustado e Margem de Lucro Operacional ajustado

O Lucro Operacional é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores, (ii) despesa com imposto de renda, (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias, e (iv) resultado financeiro líquido.

Já o Lucro Operacional ajustado é uma medição não contábil que corresponde ao Lucro Operacional deduzido de itens não usuais e participação nos resultados de *joint ventures*. Os itens não usuais são compostos por: (a) reestruturação; (b) efeitos da aplicação da IAS29/CPC 42; (c) despesas não recorrentes incorridas devido à pandemia da COVID-19; e (d) baixa de investimento (“Itens Não Usuais”).

A Margem de Lucro Operacional ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do Lucro Operacional ajustado pela receita líquida.

O Lucro Operacional e o Lucro Operacional ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. O Lucro Operacional e o Lucro Operacional ajustado representam medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares, e correspondem ao EBITDA e ao EBITDA ajustado (vide abaixo) incluindo a depreciação, amortização e exaustão. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo significado para tais medições.

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil calculada excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores, (ii) despesa com imposto de renda, (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias, (iv) resultado financeiro líquido, e (v) despesas com depreciações e amortizações. Ou seja, é o Lucro Operacional, excluindo os efeitos das despesas com depreciações e amortizações.

Já o EBITDA ajustado corresponde ao EBITDA deduzido de itens não usuais e participação nos resultados de *joint ventures*. Os itens não usuais são compostos por: (a) reestruturação; (b) efeitos da aplicação da IAS29/CPC 42; (c) despesas não recorrentes incorridas devido à pandemia da COVID-19; e (d) baixa de investimento (“Itens Não Usuais”).

2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, o EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA ajustado como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Embora o EBITDA possa ter um significado padrão, conforme artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM nº 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão e/ou que adotem o padrão da Companhia. Dessa forma, o EBITDA ajustado divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Classificamos o EBITDA como ajustado levando em conta que as normas contábeis não abarcam determinadas exclusões promovidas pela Companhia, para melhor compreensão e reflexo da geração operacional de caixa da Companhia, considerando seu mercado de atuação. A Companhia entende que o EBITDA ajustado oferece uma melhor percepção dos resultados operacionais e uma visão mais clara aos investidores e terceiros sobre a Companhia.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação Lucro Operacional, Lucro Operacional ajustado e Margem de Lucro Operacional ajustado

<i>(Descrição da Conta em milhões de Reais)</i>	Exercício encerrado em	Exercício encerrado em
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido – Ambev	14.457,9	12.671,0
Participação dos não controladores	433,3	451,6
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(655,6)	636,6
Lucro antes de impostos	14.235,7	13.759,2
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	29,1	115,7
Resultado financeiro líquido	3.423,1	3.205,4
Lucro Operacional	17.687,9	17.080,3
Itens não usuais	143,3	392,8
Lucro Operacional ajustado	17.831,2	17.473,0
Receita líquida	79.708,8	72.854,3
Margem de Lucro Operacional ajustado	22,4%	24,0%

Reconciliação EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

<i>(Descrição da Conta em milhões de Reais)</i>	Exercício encerrado em:	Exercício encerrado em:
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido – Ambev	14.457,9	12.671,0
Participação dos não controladores	433,3	451,6
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(655,6)	636,6
Lucro antes de impostos	14.235,7	13.759,2

2.5 Medições não contábeis

Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	29,1	115,7
Resultado financeiro líquido	3.423,1	3.205,4
Itens não usuais	143,3	392,8
Depreciação, amortização – total*	5.939,6	5.396,7
EBITDA ajustado	23.770,9	22.869,7
Itens não usuais sem baixa de investimentos	(126,7)	(392,8)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(29,1)	(115,7)
EBITDA	23.615,1	22.361,2
Receita líquida	79.708,8	72.854,3
Margem EBITDA ajustado	29,8%	31,4%

* Incluindo baixa de investimentos.

Itens não usuais	Exercício encerrado em:	Exercício encerrado em:
Descrição da Conta (em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	(101,7)	(165,4)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(8,2)	(11,1)
Impactos COVID-19 ⁽ⁱⁱ⁾	(16,7)	(134,3)
Acordo de distribuição	-	(82,0)
Baixa de Investimento ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(16,6)	-
TOTAL	(143,3)	(392,8)

(i) As despesas de reestruturação dizem respeito primariamente a projetos de centralização e redimensionamento América Latina - sul, CAC e Brasil.

(ii) As despesas de COVID-19 se referem aos (a) gastos administrativos adicionais para garantir a segurança de nosso time (aumento da frequência de limpeza em nossas unidades, disponibilização de álcool gel, máscaras para nossos funcionários); (b) doações; (c) iniciativas da Companhia com o ecossistema de clientes, que só foram necessárias em virtude da pandemia da COVID-19.

(iii) Refere-se a baixa de investimento de linha de negócio no Canadá.

(c) Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (Lucro Operacional) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada.

O EBITDA ajustado e o Lucro Operacional ajustado não são medidas de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não devem ser considerados como substitutos para o prejuízo ou lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substitutos para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado e o Lucro Operacional ajustado apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Cabe destacar, ainda, que o EBITDA ajustado é utilizado como uma medida de desempenho pela Administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA ajustado é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia entende que o EBITDA é um indicador complementar na avaliação de seu desempenho operacional.

2.5 Medições não contábeis

Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Por fim, destaca-se que medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela Administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como um indicador do desempenho da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2. Comentários dos diretores

2.6 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não existem eventos subsequentes às últimas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 2022.

2.7 Destinação de resultados

2. Comentários dos diretores

2.7 - Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	Conforme a Lei das S.A., do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Assim, o Estatuto Social da Companhia e sua Política de Destinação de Resultados preveem que do saldo apurado será sucessivamente calculado: (i) a participação estatutária dos empregados da Companhia até o limite máximo de 10%, a ser distribuída de acordo com parâmetros a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração; e (ii) a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal. Ato contínuo, sobre tal valor poderá, ainda, ser calculada, até o limite de 10%, contribuição para atender aos encargos da fundação de assistência aos colaboradores e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, observadas as normas fixadas pelo Conselho de Administração a respeito. Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções mencionadas, destinar-se-á 5% para a formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76. Além da reserva legal, a Companhia destina para o grupo de reserva de lucros os valores de incentivos fiscais referentes aos benefícios tributários, conforme detalhados na nota explicativa 19 (c.3) das Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia. Além disso, o Estatuto Social da Companhia e sua Política de Destinação de Resultados estabelecem que um valor não superior a 60% do lucro líquido anual ajustado seja destinado para a reserva de investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado (atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social).
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia e a sua Política de Destinação de Resultados estabelecem que, no mínimo, 40% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendo	A Companhia distribui dividendos com periodicidade anual. Além disso, a qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de setembro de 2018 e pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: ri.ambev.com.br , no campo “Governança Corporativa”, “Políticas, Códigos e Regimentos”, “Política de Destinação de Resultados”.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2. Comentários dos diretores

2.8 – Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

(iii) Contratos de construção não terminada

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que já não tenha sido evidenciado nas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que já não tenha sido evidenciado nas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2. Comentários dos diretores

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os Diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2. Comentários dos diretores

2.10 - Os Diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2022, os investimentos em ativo imobilizado e ativos intangíveis consolidados somaram R\$6.533,1 milhões, consistindo em R\$ 4.062,9 milhões para nosso segmento de negócio do Brasil, R\$ 968,4 milhões para nosso segmento de negócio da CAC, R\$ 1.112,8 milhão relacionado a investimentos em nossas operações da LAS e R\$389,0 milhões relacionados a investimentos no Canadá.

Esses investimentos incluíram principalmente expansão de capacidade produtiva, controles de qualidade, automação, modernização e reposição de linhas de embalagens, inovações, armazenamento para distribuição direta, coolers, investimentos para a reposição de garrafas e engradados e investimentos contínuos em tecnologia da informação.

Em 2023, planejamos investir com o objetivo de aumentar a geração de valor via a maior rentabilização do nosso capital investido, continuando com foco em tecnologia e suporte às nossas operações para contínuo aprimoramento do nosso nível de serviço.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes do caixa operacional gerado e linhas de crédito com instituições financeiras no Brasil e no exterior como fontes de financiamento de seus investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos significativos previstos na data deste Formulário de Referência.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve nenhuma divulgação de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item 2.10 (a) acima, que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas,

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços,

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados, e

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Embora a pandemia do COVID-19 tenha criado desafios significativos para nossos negócios, ela também acelerou as tendências de consumo nas quais temos investido, principalmente reforçando a necessidade de uma mentalidade inovadora e centrada no consumidor, e promovendo a transformação de nossos negócios possibilitada pela tecnologia. A inovação tornou-se um dos principais pilares do nosso negócio e linha de frente da nossa estratégia comercial, e apesar de uma revisão detalhada das nossas despesas discricionárias para garantir a nossa liquidez, a pesquisa e o desenvolvimento são e continuam a ser vistos como fundamentais para continuarmos proporcionando inovações aos nossos consumidores.

Mantemos um centro de inovação, pesquisa e desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse novo centro (ZITEC – Centro de Tecnologia e Inovação), cujas operações iniciaram nos últimos meses de 2017, intensificando-se as atividades em 2018, substituiu a anterior estrutura de P&D baseada em Guarulhos, a fim de impulsionar a inovação de produtos com o desenvolvimento de novos líquidos e das embalagens mais modernas para assegurar a diferenciação contínua do produto e aumentos anuais em qualidade e eficiência. Uma das principais características do centro de desenvolvimento é o laboratório de protótipos, que permite a criação de protótipos completos, auxiliando no

2.10 Planos de negócios

processo de criação de novos produtos. Outro objetivo do centro de desenvolvimento é realizar estudos de percepção e comportamento do consumidor, a fim de captar tendências futuras. O ZITEC possibilitou à Ambev redução do prazo para o lançamento de inovações, de oito para quatro meses. Durante 2020, continuando com nossa estratégia voltada para a inovação, lançamos a Berrió e a Esmera, duas marcas feitas com safras locais dos Estados do Piauí e de Goiás, respectivamente, a Andes Origens e a inovação de maior sucesso na história da Ambev, a Brahma Duplo Malte. Em 2021, continuamos a expandir nossa diversidade com o lançamento da Michelob Ultra e Spaten no Brasil, cerveja puro malte estilo Munich Helles. Em 2022, duas de nossas principais inovações foram a Budweiser Zero, que foi reconhecida como a melhor cerveja sem álcool do mercado brasileiro pelo jornal “O Estado de São Paulo”, e a Caipi Beats, nova integrante da família Beats com sabor de caipirinha (uma bebida popular brasileira) e feita com cachaça. Quanto às inovações em embalagens, desenvolvemos a exclusiva tecnologia KEG 5L, que foi premiada como ‘Melhor Tecnologia de Embalagem’ em 2022 pela ABRE (Associação Brasileira de Embalagem), reforçando nosso compromisso com a Sustentabilidade. O investimento realizado no centro de desenvolvimento nos últimos três anos foi de aproximadamente R\$ 96 milhões, incluindo R\$ 11 milhões em 2021 e R\$ 36 milhões em 2022

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Desde a criação da Ambev, a sustentabilidade está inserida em nossa estratégia de negócio. Como oportunidades de negócios relacionadas a questões ASG temos:

- (i) investimentos em energias renováveis, como forma de mitigar emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que conferem um portfólio mais diversificado em fontes energéticas, conferindo maior garantia de disponibilidade de oferta para atender as operações da Companhia;
- (ii) oferta de energia elétrica renovável para pontos de venda como forma de oferecer meios de mitigação de emissões de CO₂, ao mesmo tempo em que oferecem economia para os donos de bares e restaurantes parceiros via parceria com a Lemon Energy e outras;
- (iii) aquisição de caminhões elétricos, em parceria com transportadoras parceiras, com investimentos para adiantar tecnologia de conversão e incentivar a adoção em mais cidades brasileiras. Hoje já são 258 caminhões operando pelas cidades brasileiras e também no Paraguai e Bolívia. Além dos ganhos ambientais, com redução de emissão de gases atmosféricos, também há ganhos para a saúde das cidades, permissões diferenciadas de trânsito em algumas cidades e custos evitados do consumo de combustíveis;
- (iv) implantação de tecnologias CCU *Carbon Capture and Utilization*, para captura de CO₂ da queima das caldeiras em cervejarias, refletindo em emissão evitada de dióxido de carbono, com consequente uso dentro da própria produção para gaseificação de produtos e venda externa ocasional;
- (v) apoio ao desenvolvimento e segurança financeira de nossos parceiros, fortalecendo a cadeia produtiva e evitando interrupções de abastecimento, atraso ou falta de pagamento dos pontos de venda e expansão do ecossistema de suprimentos e de vendas através de plataformas de empreendedorismo, como o Bora;
- (vi) incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento do ecossistema de micro e pequenas cervejarias que podem utilizar nossa plataforma para comercialização de seus produtos (Empório da Cerveja), compartilhar inovações, além de melhorar nossa reputação, que potencializa a manutenção do ambiente de vendas da Companhia; e
- (vii) melhora do sistema de governança e transparência da Companhia, em comparação com empresas da mesma indústria.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2. Comentários dos diretores

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

o 5.1 - Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Política de Gestão de Riscos

Com o objetivo de estabelecer diretrizes para a gestão dos riscos aos quais está sujeita, a Companhia adota uma Política de Gestão de Riscos, aprovada originalmente pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2005 e atualizada pelo mesmo órgão em 19 de setembro de 2018 e 15 de maio de 2019.

A Política de Gestão de Riscos define os riscos financeiros e não financeiros com relação aos quais a Companhia busca proteção, estabelecendo diretrizes para o delineamento dos limites aceitáveis para a exposição da Companhia a cada um deles. A política também traça o desenho do sistema de gerenciamento de riscos da Companhia, indicando os instrumentos de proteção adotados e a estrutura organizacional dedicada à avaliação e ao gerenciamento de riscos, bem como à realização de controles internos adequados.

A Política de Gestão de Riscos pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: ri.ambev.com.br, no campo “Governança Corporativa”, “Políticas, Códigos e Regimentos”, “Política de Gestão de Riscos”.

Adicionalmente à Política de Gestão de Riscos, a Companhia adota outras formas de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, dentre as quais destacamos as principais a seguir.

Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Provisões

A Companhia constitui provisões em determinadas situações, conforme detalhado em suas demonstrações contábeis. Como regra geral, provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança. As provisões, exceto as provisões de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. Provisões para disputas e litígios são reconhecidas quando é provável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

Comitês de Crise (COVID-19)

Diante do contexto de incertezas promovido pela pandemia da COVID-19, em 2022 a Companhia continuou tomando medidas de modo a mitigar os possíveis efeitos adversos decorrentes da situação global. Dessa forma, a Companhia criou comitês de crises nos países em que atua, com foco no combate aos impactos negativos da crise global e na discussão dos principais pilares dos negócios da Companhia, que visa a:

- (i) acompanhar e monitorar a evolução diária da pandemia;
- (ii) priorizar ações que preservem a saúde dos funcionários, parceiros, fornecedores e clientes;
- (iii) endereçar respostas necessárias à crise;
- (iv) garantir que a Companhia continue a cumprir o seu papel social; e
- (v) estabelecer iniciativas colaborativas de forma a oferecer contribuições relevantes à comunidade em geral.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

Por meio de sua Política de Gestão de Riscos e das demais medidas de gerenciamento de risco adotadas, descritas no item anterior, a Companhia busca proteção para riscos corporativos: (i) estratégicos (*i.e.*, inerentes ao ambiente de negócios em que a Companhia está inserida e que se relacionam com seus planos de negócios, decisões estratégicas e aos mercados em que atua); (ii) operacionais (*i.e.*, relacionados à possibilidade de perdas por ineficiências operacionais decorrente de falhas em processos, controles internos, ambiente tecnológico e pessoas); (iii) financeiros (*i.e.*, que podem afetar as operações financeiras da Companhia); (iv) regulatórios e legais (*i.e.*, associados ao ambiente regulatório e ao sistema jurídico a que a Companhia está sujeita); e (v) de imagem (*i.e.*, de ocorrência de eventos, frequentemente associados à materialização dos outros riscos, que causem dano à reputação e afetem a credibilidade da Companhia). Nesse sentido, tais políticas e medidas cobrem os mais diversos riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam gerar impactos negativos aos objetivos traçados pela administração da Companhia, tais como (a) dano à reputação ou patrimônio da Companhia; (b) riscos de responsabilidade por produtos e outros prejuízos que possam ser sofridos pela Companhia; (c) falhas na tecnologia da informação; (d) decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos; (e) riscos associados a operações entre partes relacionadas; (f) riscos no relacionamento com fornecedores e clientes; e (g) sujeição à legislação antitruste e anticorrupção.

Com relação especificamente aos riscos de natureza financeira, a Política abrange os seguintes grupos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez; (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio; (iii) riscos de *translation* e de conversão de balanço patrimonial; e (iv) riscos de crédito de contrapartes. Tais riscos, descritos no detalhe no item 4.3 deste Formulário de Referência, surgem no curso normal dos negócios da Companhia, sendo analisados tanto individualmente como em uma base interconectada e definidas estratégias para gerenciar o impacto econômico em consonância com a Política de Gestão de Riscos.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido, conjuntamente, pelo Conselho de Administração (que pode contar com o assessoramento do Comitê de Operações e Finanças, a depender da natureza do risco) e pela Diretoria da Companhia, que estabelece as estratégias de identificação e monitoramento, em toda a Companhia, de eventos materiais em potencial capazes de afetá-la. A gestão de riscos corporativos deve ser feita de modo a mantê-los em níveis compatíveis com o apetite a risco da Companhia, possibilitando garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos, observando-se o seguinte:

(a) Processo e Abrangência. A Política de Gestão de Riscos abrange todas as unidades de negócios da Companhia e o processo de definição dos riscos aplicáveis acompanha o ciclo de planejamento estratégico e de negócios da Companhia (plano de 1 ano - P1A, plano de 3 anos - P3A e plano de 10 anos - P10A).

(b) Análise de Riscos. A Companhia deve gerenciar seus riscos de forma abrangente. Consequentemente, após a identificação dos fatores de risco específicos, a Companhia deve entender a relação existente entre tais fatores de risco e se aprofundar em suas causas para traçar os planos de monitoramento.

(c) Tolerância a Riscos. A Companhia deve ter conhecimento dos riscos materiais a que está exposta, bem como definir estratégias adequadas para a gestão de cada um de tais riscos. A estratégia de gestão deve considerar as diretrizes do Conselho de Administração quanto à definição do nível de tolerância aos diferentes riscos apresentados observados os objetivos de curto e longo prazo da Companhia.

(d) Avaliação de Exposição a Risco. Considerando que ferramentas de “valor em risco” (*value at risk*) poderão ser utilizadas, a análise individual de riscos deve ser complementada por cenários de estresse e/ou simulações para definir o impacto em relação a métricas relevantes.

(e) Monitoramento e Mitigação. A Diretoria e o Conselho de Administração devem monitorar os riscos identificados e os planos de ação traçados para mitigação e/ou acompanhamento, com periódicos reportes ao Conselho Fiscal.

Vale ressaltar que o gerenciamento dos riscos decorrentes de operações financeiras é realizado por meio da aplicação da Política de Gestão de Risco e das estratégias definidas pela Diretoria Financeira da Companhia, devendo as operações financeiras ser realizadas de acordo com as melhores alternativas possíveis financeira e economicamente para a Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são contratos futuros negociados em bolsa, *deliverable forwards*, *non-deliverable forwards*, *swaps* e opções de compra.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da nossa Política de Gestão de Riscos, que fornece diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Companhia executa suas operações, conforme segue:

(i) A estrutura de capital, financiamentos e liquidez pode expor a Companhia a risco de desequilíbrio financeiro, uma vez que fatores externos como mudança de variáveis de mercado (taxa de juros e taxas de câmbio), escassez de liquidez (risco de refinanciamento) e necessidades inesperadas de caixa podem ter impacto importante nos investimentos estratégicos da Companhia, assim como no cumprimento de obrigações com terceiros. Dessa forma, a Companhia possui uma gestão ativa de sua estrutura de capital buscando sempre assegurar níveis de flexibilidade e alavancagem financeira através de controles do perfil de dívida e covenants, planos de contingência para necessidades inesperadas de caixa e análise de solvência sob diferentes cenários de fluxo de caixa.

(ii) A margem da Companhia está diretamente exposta a fatores de risco de mercado, tais como commodities e taxa de câmbio. Estes riscos impactam principalmente o custo de produto vendido. A Companhia entende que é impossível eliminar completamente esta exposição. Todavia, o programa de hedge da Companhia permite que ela mantenha uma estabilidade de preços durante o período protegido e, com isso, retarde o efeito destes possíveis choques de custos. Assim, é importante ressaltar que no longo prazo a Companhia deve responder a estes choques através de gestão de custos, utilização de matérias-primas substitutas e, eventualmente, aumento de preços de seus produtos.

(iii) Exposições transacionais provenientes da conversão de balanços não são protegidas através da utilização de derivativos. A Companhia avalia constantemente a diversificação de seus fluxos de caixa em diferentes moedas, procurando identificar qualquer tipo de concentração indesejada.

(iv) A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto as suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nominal (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

(iii) *A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos*

O Conselho de Administração fixará a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes que pautam sua atuação, incluindo aquelas concernentes à definição do nível de tolerância aos diferentes riscos a que a Companhia se sujeita, observados seus objetivos de curto e longo prazo.

O Conselho de Administração avaliará periodicamente a exposição da Companhia aos principais riscos materiais, bem como a eficácia de seus sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, certificando-se de que os limites por ele definidos estão sendo atendidos. No que diz respeito aos riscos de natureza financeira, o Conselho de Administração conta ainda com o assessoramento do Comitê de Operações e Finanças tanto para o delineamento das diretrizes de tolerância a riscos da Companhia, como para a análise de sua exposição a tais riscos e para o monitoramento da estrutura de gestão de riscos financeiros.

O Conselho de Administração delega ao Diretor Presidente Executivo a supervisão necessária do gerenciamento de riscos corporativos. Desta forma, o Diretor Presidente Executivo deve se certificar de que está ciente dos riscos materiais mais significativos e de que sejam tomadas as ações necessárias para assegurar uma gestão de riscos eficaz.

A competência do mapeamento de riscos corporativos de todas as áreas é do Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores. Anualmente, deve ser apresentado ao Diretor Presidente Executivo o mapeamento dos riscos identificados com os respectivos controles existentes para mitigar tais riscos.

A área de controles internos é responsável por avaliar, anualmente, cada risco material existente e respectivos controles desenhados e implementados na matriz de controles internos da Companhia, bem como identificar a necessidade de inclusão de controles compensatórios, caso algum risco não esteja sendo endereçado na respectiva matriz de controles internos. As conclusões são apresentadas ao Diretor Presidente Executivo, ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, para que realizem avaliação sobre a eficácia operacional dos controles internos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua Política de Gestão de Riscos e demais medidas de controle adotadas são adequadas para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos. No âmbito da Diretoria Financeira, o Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por Gerente Especialista de Controles Internos, faz a revisão dos papéis de trabalho efetuados pelas áreas responsáveis pelos controles, conforme etapas descritas no item 5.2 “c” deste Formulário de Referência.

5.2 Descrição dos controles internos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controle interno efetivo sobre a divulgação das informações financeiras e pela avaliação da sua eficácia.

O controle interno sobre a divulgação das informações financeiras está definido como um processo destinado a proporcionar razoável segurança quanto à confiabilidade das informações financeiras e à elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e inclui políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que reflitam as operações e alienações de ativos da Companhia de forma razoavelmente detalhada, precisa e correta; (2) proporcionem razoável segurança de que as operações sejam registradas da forma necessária para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e os dispêndios da Companhia estejam sendo feitos somente conforme as autorizações da administração e do Conselho de Administração da Companhia; e (3) proporcionem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Embora haja limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, inclusive a possibilidade de erro humano e elisão ou inobservância dos controles e procedimentos, os controles e procedimentos de divulgação da Companhia destinam-se a oferecer garantia razoável de consecução de seus objetivos.

Quaisquer falhas identificadas na execução de controles, durante o exercício, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução durante o exercício.

Com base nos critérios estabelecidos na Estrutura Conceitual Integrada de Controles Internos (*Internal Control Integrated Framework*) emitidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – “COSO 2013”), e, de acordo com a referida metodologia, o Diretor Presidente Executivo e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia concluíram que, durante o exercício de 2021, a concepção e a operação dos controles e procedimentos de divulgação de informações da Companhia são eficazes para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios da Companhia.

Durante o exercício de 2022, não realizamos qualquer mudança em nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras que tenha afetado de forma relevante ou que possa razoavelmente afetar de forma relevante nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras.

Plano de Remediação para as Deficiências Significativas Previamente Existentes

Não aplicável, uma vez que não ocorreram deficiências significativas no exercício de 2022, ou em período comparativo de dezembro de 2021.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

O departamento de “Controladoria - Controles Internos” da Companhia, organizacionalmente alocado dentro da estrutura da diretoria financeira, é responsável pelo acompanhamento, gestão e garantia da conformidade dos controles internos da Companhia.

Avaliações dos resultados dos testes de desenho e eficácia operacional dos controles são apresentadas periodicamente ao Diretor Presidente Executivo, ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de avaliação da eficiência dos controles internos é dividido em 4 etapas:

5.2 Descrição dos controles internos

- (i) Planejamento: o objetivo desta etapa é a definição da matriz de risco para cada conta e do escopo e cronograma de execução dos trabalhos. O Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por especialista de controles internos, é o responsável por esta etapa do processo.
- (ii) Análise do desenho dos controles definidos pela administração: o objetivo desta etapa é verificar que as atividades de controle são desenhadas de forma a endereçar os riscos identificados pela Companhia em sua matriz de controles internos. O Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por especialista de controles internos, faz a revisão dos papéis de trabalho efetuados pelas áreas responsáveis pelos controles.
- (iii) Teste da eficácia operacional dos controles: o objetivo desta etapa é verificar a eficácia operacional dos controles internos na Companhia. O Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por especialista de controles internos, faz a revisão dos papéis de trabalho efetuados pelas áreas responsáveis pelos controles.
- (iv) Apuração dos resultados dos controles: o objetivo desta etapa é apurar os resultados dos controles internos da Companhia, com a finalidade de garantir a eficiência dos controles e que todos os riscos mapeados sejam endereçados pela Companhia e, ainda, que eventuais desvios sejam devidamente monitorados.

Após a finalização de cada uma das etapas descritas acima, os resultados são apresentados ao Diretor Presidente Executivo, ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal incluindo, se aplicável, o plano de ação para remediação de eventuais deficiências que sejam identificadas durante alguma dessas etapas.

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações contábeis é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo COSO 2013.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A diretoria da Companhia possui a política de reportar, no mínimo, as deficiências significativas e respectivas recomendações do auditor independente no que tange ao escopo dos controles internos, conforme item 10.2.5 do Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

Deficiências significativas identificadas

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas no relatório que o auditor independente encaminhou à administração referente ao ano de 2021.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas no relatório que o auditor independente encaminhou à administração referente ao ano de 2022.

5.3 Programa de integridade

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que foram elaborados após análise dos riscos a que a Companhia está sujeita. As regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de *Compliance* são constantemente atualizados em decorrência de mudança de lei ou regulamentação aplicável, ou da análise interna dos riscos a que a Companhia está sujeita.

Nosso Programa de *Compliance* reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e remediação relacionada a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável e políticas internas vigentes, tais como fraudes e corrupção, assédio, discriminação, entre outras. Com esse intuito, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais da Companhia, como, por exemplo, o Código de Conduta de Negócios da Companhia (“Código de Conduta”), além de ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da Companhia, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura ética e de boas práticas de gestão, além da constante promoção de um ambiente corporativo transparente e sustentável.

O Código de Conduta fixa as diretrizes de conduta que devem ser observadas por todos os conselheiros, diretores e funcionários (“Funcionários”) da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, e expressa os princípios que a Companhia espera que os indivíduos e entidades que agem em nosso nome sigam. Dentre elas, destacamos:

- (i) cumprimento dos princípios da Companhia divulgados aos Funcionários e de todas as leis, regulamentos e políticas aplicáveis, incluindo do Código de Conduta, e observância dos mais altos padrões de ética nos negócios;
- (ii) as relações com clientes, fornecedores, concorrentes, funcionários e órgãos e representantes governamentais devem basear-se no cumprimento de todas as leis e regulamentos aplicáveis;
- (iii) práticas empresariais que não infrinjam os direitos humanos e que se alinhem com vários padrões internacionais de conduta empresarial responsável;
- (iv) respeito à diversidade, à autenticidade e à pessoa, sendo proibidas todas as formas de discriminação, sejam elas por raça, religião, gênero, orientação sexual, idade, opinião política, nacionalidade, posição social, origem ou outras;
- (v) promoção do consumo inteligente;
- (vi) atuação em respeito à legislação concorrencial aplicável e necessidade de aprovação das práticas e políticas comerciais pela área de *Compliance* da Companhia;
- (vii) obrigação de reportar eventuais conflitos de interesse com a Companhia;
- (viii) tolerância zero a todo e qualquer ato de corrupção, sendo obrigatório o cumprimento de todas as leis locais e internacionais que proíbem corrupção em todos os lugares onde a Companhia opera, bem como das normas, políticas e procedimentos internos da Companhia. A Companhia possui uma Política Anticorrupção que determina as condutas proibidas de acordo com a legislação anticorrupção (local e estrangeira) aplicável à Companhia, e regulamenta temas como (i) presentes, doações, entretenimento e hospitalidade para órgãos e funcionários públicos, (ii) contribuições políticas, (iii) contratação com entes públicos, (iv) procedimentos de auditoria de *compliance* para fornecedores e prestadores de serviço (intermediários), e (v) canais de denúncia, entre outros;
- (ix) contratação e o pagamento de prestadores de serviço que mantenham, ainda que eventualmente, contato

5.3 Programa de integridade

com funcionários públicos em nome da Companhia deve respeitar as regras definidas pela área de *Compliance* da Companhia;

(x) proibição de aceitar presentes, brindes, favores, empréstimos, serviços ou tratamento especial de qualquer espécie de pessoas ou organizações que façam ou procurem fazer negócios com a Companhia, independentemente do valor;

(xi) manutenção de padrões profissionais adequados na documentação de assuntos contábeis e financeiro, de maneira que as demonstrações contábeis da Companhia, seus livros e registros representem de maneira precisa, clara, completa e com detalhamento adequado, todos os negócios e operações da Companhia;

(xii) tolerância zero a todo e qualquer ato vinculado à lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, sendo obrigatório o cumprimento de todas as leis locais e internacionais que versam sobre o tema, bem como a Política Global de Compliance em Comércio Internacional e Combate à Lavagem de Dinheiro, que complementa as disposições gerais estabelecidas no Código de Conduta de Negócios e regulamente a aplicabilidade (i) das leis de combate à lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo e (ii) leis e regulamentos de comércio internacional nas operações da Companhia.

(xiii) preservação da confidencialidade das informações da Companhia e proibição de divulgar ou ceder as senhas para outras pessoas;

(xiv) diretrizes da Companhia sobre ética digital, atuando com transparência, responsabilidade e estabelecido por políticas claras que regulamentam o (i) cumprimento das leis locais de privacidade e proteção de dados; (ii) cumprimento dos procedimentos internos de ética digital; (iii) a coleta e o uso de dados respeitando o princípio da finalidade e transparência; e (iv) a implementação de procedimentos aplicáveis de Segurança da Informação;

(xv) diretrizes referentes a redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea, a fim de preservar a imagem da Companhia;

(xvi) utilização de todos os ativos da Companhia apenas para finalidades empresariais legítimas; e

(xvii) diretrizes referentes à comunicação com o mercado e com a imprensa.

A gestão do Código de Conduta é de responsabilidade da Diretoria da Companhia na estrutura do Comitê de Ética, assessorada pela Área de *Compliance* da Companhia, sendo responsável por (i) avaliar a aplicação de todos os procedimentos contidos no Código de Conduta de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade; (ii) garantir que o Código de Conduta seja de conhecimento de todos os Funcionários e terceiros que se relacionem com a Companhia; e (iii) avaliar e supervisionar os casos de violação do Código de Conduta, definindo as medidas necessárias.

Todos os temas vinculados ao Código de Conduta, incluindo as práticas anticorrupção, são disseminados para toda a Companhia por meio de comunicados internos e vídeos. Além disso, anualmente, todos os funcionários da liderança (especialistas, gerentes e diretores) e membros do Conselho de Administração participam de treinamentos online e/ou presenciais sobre o Código de Conduta e práticas anticorrupção. O treinamento anual obrigatório inclui, ainda, declaração por estes funcionários de conhecimento, aceitação integral e cumprimento do Código de Conduta. Todos os anos algumas áreas são selecionadas, em razão do escopo do trabalho e dos riscos a ela associados, para a realização de treinamento presencial e direcionado, ministrado pela Área de Compliance, que aborda também outras regras do Programa de Compliance e Anticorrupção da Companhia.

A íntegra do Código de Conduta pode ser encontrada na página da Companhia no seguinte endereço eletrônico: www.ambev.com.br no campo “Sobre a Ambev”, “Ética”, “Código de Conduta”. Além disso, o Código de Conduta também se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia em ri.ambev.com.br, no campo “Governança Corporativa”, “Políticas, Códigos e Regimentos”, “Código de Conduta”.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

5.3 Programa de integridade

- (a) divulgação das regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de *Compliance* por meio de treinamentos periódicos dos administradores e funcionários da Companhia, bem como de campanhas de comunicação desenvolvidas e coordenadas pela Área de *Compliance*;
- (b) disponibilização de canal específico para os funcionários na intranet da Companhia para envio de dúvidas e questionamentos sobre o Código de Conduta e outros aspectos do Programa de *Compliance* (Canal de *Compliance*), sendo tais questionamentos respondidos por uma equipe especializada;
- (c) disponibilização de canal de Ouvidoria para funcionários, fornecedores, clientes e consumidores reportarem violações ao Código de Conduta e demais políticas da Companhia (para maiores detalhes, vide item 5.4(b) abaixo);
- (d) análise prévia, pela Área de *Compliance*, de fornecedores e prestadores de serviço que entrarão, ou poderão entrar, em contato com a Administração Pública em nome da Companhia, tais como advogados, consultores e despachantes;
- (e) análise e validação prévia, pelo Departamento Jurídico e pela Área de *Compliance*, para qualquer contratação com órgãos públicos;
- (f) proibição de doação de qualquer bem a funcionário público ou órgão público sem autorização prévia pela Área de *Compliance*;
- (g) inclusão de cláusula anticorrupção em todos os contratos e assinatura, por todos os fornecedores e prestadores de serviço, de termo de condições gerais de contratação, por meio do qual se obrigam a não cometer qualquer ato que possa violar a legislação anticorrupção brasileira e internacional (em especial o FCPA); e
- (h) diligência legal e de *compliance* prévia em operações societárias com foco na detecção de riscos de fraude e corrupção envolvendo a empresa-alvo e seus sócios (para maiores detalhes, vide item (c) abaixo).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

De acordo com o Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a gestão do Programa de *Compliance* da Companhia é de responsabilidade do Comitê de Ética, que é um órgão deliberativo não estatutário formado pelo (i) Diretor Presidente Executivo, (ii) Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, (iii) Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão, (iv) Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Compliance, e (v) Diretor Vice-Presidente de Relações Corporativas além do (vi) Gerente de *Compliance*, na função de secretário do Comitê.

O Comitê de Ética deve se reunir ao menos quatro vezes ao ano para deliberar sobre assuntos relacionados ao Código de Conduta e à Área de *Compliance*, podendo ainda se reunir a qualquer momento para deliberação de assuntos emergenciais. Ao Comitê de Ética cabe também deliberar e levar ao conhecimento do Conselho de Administração os assuntos mais significativos discutidos no seu âmbito.

A Companhia possui ainda uma Área de *Compliance* exclusivamente dedicada, responsável pela implementação e a gestão do Programa de *Compliance*. A Área de *Compliance* da Companhia reporta diretamente ao Diretor Vice-Presidente Jurídico e de *Compliance*.

Por fim, a Diretora Vice-Presidente Jurídica e de *Compliance* da Companhia reporta periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal o status e o funcionamento do Programa de *Compliance*, bem como os temas de integridade relevantes, observadas as competências de cada órgão.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia aplica-se a todos os conselheiros, diretores e funcionários da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, bem como aos nossos fornecedores, prestadores de serviços e outros parceiros, que devem agir de forma consistente com o Código de Conduta da Companhia.

5.3 Programa de integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Conduta, o funcionário que violar referido código ou qualquer outra política da Companhia estará sujeito a medidas disciplinares, que podem incluir advertência, suspensão e até o desligamento.

Além disso, o descumprimento do Código de Conduta da Companhia, políticas e procedimentos, bem como das leis federais, estaduais, locais e de quaisquer leis estrangeiras aplicáveis pode resultar na rescisão do contrato de trabalho ou destituição do cargo na Diretoria ou no Conselho, cumpridos os atos societários necessários, sem prejuízo da possibilidade de comunicação às autoridades públicas.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em sua última versão em 21 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração. A íntegra do Código de Conduta pode ser encontrada na página da Companhia no seguinte endereço eletrônico: www.ambev.com.br no campo “Sobre a Ambev”, “Ética”, “Código de Conduta de Negócios da Ambev”. Além disso, o Código de Conduta também se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia em ri.ambev.com.br, no campo “Governança Corporativa”, “Políticas, Códigos e Regimentos”, “Código de Conduta”.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*
- (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

A Companhia disponibiliza o canal de Ouvidoria, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do qual é possível fazer denúncias de práticas de corrupção, fraude, suborno ou favorecimento ilícito, violação de controles internos e sistemas, casos de roubo ou furto ou quaisquer outras violações ao Código de Conduta, às leis anticorrupção e outras leis vigentes. O canal é aberto ainda para o recebimento de denúncias de terceiros. Clientes, fornecedores ou consumidores podem fazer denúncias pelo: (i) site <http://www.ouvidoriaambev.com.br>; ou (ii) telefone 0800 725 0011.

Todas as denúncias, que podem ser relatadas de forma anônima (o denunciante apenas se identifica se assim desejar), são recebidas por meio de um sistema operado por empresa terceirizada que as encaminha integralmente para a Área de *Compliance*, garantindo assim a confidencialidade e o anonimato necessários.

Além do anonimato garantido pela Ouvidoria, conforme disposto em seu Código de Conduta, a Companhia proíbe e não tolera qualquer retaliação ou ameaça contra qualquer pessoa que relate uma possível violação à lei, regulamento ou política da Companhia. Da mesma forma, qualquer funcionário que desencoraje ou impeça outra pessoa de fazer um relato ou de procurar ajuda ou assistência necessárias para reportar o problema estará sujeito à ação disciplinar. Retaliação é um ato de violação e também deve ser relatada ao Canal de Ouvidoria da Companhia.

Cabe à Área de *Compliance* a gestão do canal de Ouvidoria, bem como a condução e acompanhamento da evolução de cada caso. Dada a capilaridade das unidades de negócio da Companhia, algumas denúncias são apuradas, sob a supervisão da Área de *Compliance*, (i) pelos times de Gente e Gestão regionais, quando relacionadas a ambiente de trabalho; e (ii) por uma Gerenciadora de Riscos terceirizada, quando relacionadas a fraude em vendas e furtos/roubos.

Após a apuração, as denúncias procedentes são submetidas para deliberação do Comitê de Ética (casos graves) ou, por delegação, a própria Área de *Compliance* e a especialistas do Departamento Jurídico e de Gente e Gestão (Recursos Humanos). A instância responsável deliberará sobre a aplicação das sanções cabíveis e sobre a correção do fluxo das atividades, caso seja necessário.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, pois não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois a Companhia adota medidas nesse sentido conforme descrito nos itens anteriores

5.3 Programa de integridade

5.4 Alterações significativas

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos por ela adotada. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

5.5 Outras informações relevantes